



# International Union of Tenants

## Association Internationale des Locataires

- Consultative status with  
UN Economic and Social  
Council  
- Participatory Status with  
Council of Europe

**IUT Head Office**  
P.O. Box 7514  
103 92 Stockholm, Sweden  
Tel: +46 10 459 11 20  
info@iut.nu  
[www.iut.nu](http://www.iut.nu)

**IUT Liaison Office to the EU**  
Avenue des Rogations 28  
B-1200 Brussels, Belgium  
Tel +32 2 51 30 784  
brussels@iut.nu

### **Um Acordo Verde Europeu amigo dos inquilinos 11 reivindicações Da IUT para o Acordo Verde Europeu**

11 reivindicações da União Internacional de Inquilinos em relação à onda de renovação e reabilitação energética do Acordo Verde da UE - Impulsionar a economia combatendo a pobreza energética e criando um ambiente saudável e seguro em áreas verdes

1. O Acordo Verde da UE deve ser combinado com medidas para garantir também uma recuperação económica após a Pandemia do Coronavírus. É uma estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade justa e próspera. É necessário planear medidas que, a longo prazo, apoiem o desenvolvimento de uma sociedade social, económica e ecologicamente sustentável. Caso contrário, os cidadãos terão que pagar em duplicado.
2. A neutralidade do custo da habitação (valor da renda, custos de energia e impostos locais) deve ser o principal princípio do Acordo Verde da UE. Como os custos de reabilitação energética podem ser repassados aos inquilinos na maioria dos Estados-Membros europeus, a renovação geralmente contribui para o despejo de residentes e a gentrificação de quarteirões inteiros. Acessibilidade à reabilitação energética significa que os aumentos de renda deverão ser totalmente equilibrados pela poupança de energia. O modelo de neutralidade dos custos da habitação combina, portanto, objetivos sociais e climáticos de maneira ideal e evita despejos por reabilitação energética das habitações.
3. O financiamento público para a renovação eficiente de energia de habitação pública, acessíveis, cooperativas e sociais é insuficiente se comparado aos incentivos para as habitações particulares. Isso contribui para o enfraquecimento dos inquilinos com rendimento baixo e médio, agravando a pobreza energética de um grupo já frágil. O financiamento público deve-se concentrar em habitação pública, acessível, cooperativa e social.
4. O financiamento público para a reabilitação energética de habitações privadas para arrendamento deve ser combinado de acordo com os limites de renda, a fim de evitar a capitalização do financiamento.
5. Manter os princípios democráticos locais: a participação dos inquilinos deve ser obrigatória ao decidir sobre o padrão e os custos da renovação e reabilitação energética. O financiamento público deve basear-se em projetos onde uma participação completa dos inquilinos no planeamento e execução seja garantida.
6. No setor de arrendamento de habitações, o consumo de energia e a tributação de emissões de energia têm efeitos de direção muito limitados. Os inquilinos não têm possibilidade de investir em medidas de economia de energia. Isso só pode ser feito pelos proprietários. Mas os proprietários não são afetados por essa tributação, pois os impostos são repassados aos inquilinos pelo aumento do valor das rendas. Por esse motivo, também precisamos de incentivos positivos e / ou negativos com base legal, direcionados aos proprietários. Por exemplo, a proibição

de arrendamento aumenta para casas que não atendem a um padrão mínimo de eficiência energética (veja também: reivindicação 9).

7. Impedir que os impostos sobre o consumo de energia e as emissões de energia atinjam as famílias mais frágeis, pois esses grupos vivem principalmente em prédios menos eficientes em termos de energia. Uma das medidas possíveis para garantir isto é que haja uma redistribuição desses impostos para grupos de baixo e médio rendimento por subsídios climáticos na habitação e associando as despesas públicas da UE à existência desses subsídios.
8. A UE deve garantir o princípio da subsidiariedade. Os Estados Membros da UE podem concordar com as metas climáticas, mas os meios para alcançá-las devem ser adotados a nível local.
9. É crucial um sistema confiável de medição e comparação das condições existentes e previsão dos efeitos da economia de energia. A medição deve ser em kwh / m<sup>2</sup>, a fim de permitir transparência e comparabilidade, o que não é o caso nos diferentes sistemas nacionais atuais de classificação das classes de energia.
10. Economia circular: quando a onda de renovação e reabilitação energética começar, viveremos com os resultados por décadas. O planeamento das próximas reformas resultará em menores impactos ecológicos no futuro. Padrões de construção sustentável e de baixo carbono devem ser seguidos, e o uso de energias e materiais renováveis livres de produtos químicos e substâncias prejudiciais que afetam a saúde dos residentes.
11. Edifícios sustentáveis: as estratégias de descarbonização devem ser baseadas na área, não apenas na construção. A melhoria dos sistemas energéticos locais, a utilização de recursos energéticos locais, a redução de emissões no nível local, o fomento de “prosumer” - modelos, principalmente apoiados por provedores de habitação social, acessível, pública e cooperativa, podem abrir caminho para bairros verdes inteiros, onde a segurança da habitação, a acessibilidade e a saúde dos residentes estão na vanguarda.

\*\*\*